RESUMO
A deficiência intelectual é caracterizada por desafios no funcionamento intelectual e nas habilidades adaptativas, afetando áreas como aprendizagem, comunicação, autonomia e socialização. Essas características exigem planos pedagógicos inclusivos que respeitem os ritmos e potencialidades dos estudantes. No ambiente escolar, é importante ir além da transmissão de conteúdos, para propor o desenvolvimento integral do aluno por meio de estratégias diversificadas, como recursos visuais, atividades colaborativas e tecnologias assistivas. Também se faz necessario a parceria entre escola, família e comunidade. Destacamos tambem a formação continuada dos professores essa parceria coletiva são essenciais para a construção de uma educação democrática, inclusiva e voltada ao desenvolvimento pleno de todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência intelectual; Educação inclusiva; Escola pública; Práticas pedagógicas; Educação humanitária.

INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual traz dificuldades neurologicas, cognitivas e afetar o desenvolvimentoser humano. Essas limitações podem afetar a capacidade da pessoa de aprender, se comunicar, interagir socialmente e realizar atividades do dia a dia de forma independente. No ambiente escolar, é importante compreender a deficiência para proporcionar estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão, respeitando as diferenças,singularidade de ritmos , aprendizagens e potencialidades de cada estudante.
A inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual constitui um direito assegurado por leis nacionais e internacionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Essas diretrizes legais estabelecem que a escola regular deve oferecer condições adequadas para que todos os estudantes tenham acesso, permanência e aprendizagem efetiva, eliminando barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais.
Diante desssa informação, esse artigo tem como objetivo salientar os principais aspectos relacionados à deficiência intelectual, demonstrando suas limitaçaçoes no processo educativo, verificando as práticas pedagógicas inclusivas e os desafios enfrentados pelas escolas públicas. A pesquisa é uma reflexão em abordagens bibliográfica, fundamentada em estudos acadêmicos, documentos legais e publicações de especialistas na área de educação inclusiva. Procuramos assim, contribuir para a reflexão sobre uma educação democrática, igualitária, humanista, equitativa e inclusiva, que valorize as diferenças humana e reconhecendo o potencial de aprendizagem de cada indivíduo.

CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A deficiência intelectual se manifesta por dificuldades significativas no processamento cognitivo e na execução de tarefas cotidianas, dificultando a capacidade do indivíduo de se expressar, aprender, comunicar-se, tomar decisões e interagir de forma autônoma. Essas dificuldade traz diversas limitaçoes na vida, incluindo o desenvolvimento conceitual, a socialização, a adaptação a situações práticas do dia dia e a participação em diversos contextos educacionais e comunitários. Cada menino ou menina apresenta um perfil único, e singular compreender essas particularidades é fundamental para promover estratégias de ensino inclusivas e individualizadas, humanitario que respeitem as diferenças e favoreçam o desenvolvimento integral.
Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), a deficiência intelectual se manifesta antes dos 18 anos e pode ser classificada em quatro graus, de acordo com o nível de comprometimento e a autonomia do indivíduo: leve, moderada, grave ou profunda. Enquanto estudantes com deficiência intelectual leve podem apresentar maior independência e aprendizado mais rápido, aque-

les com grau moderado, grave ou profundo frequentemente necessitam de apoio contínuo em atividades básicas, acompanhamento pedagógico mais exlusivo com estratégias de ensino altamente individualizadas. Essa classificação auxilia os profissionais da educação a propor, planejar intervenções necessária e estabelecer um caminho realistas de aprendizagem, promovendo o avanço progressivo das habilidades cognitivas, sociais e práticas dos alunos.
No contexto escolar, a deficiência intelectual exige atenção especial nas diferentes áreas de desenvolvimento, entre as quais se destacam:

Aprendizagem e memória: alunos com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades em assimilar conceitos abstratos, repetir informações e generalizar aprendizagens. Estratégias como o uso de materiais corretos, recursos visuais, repetição sistemática, exercícios práticos e atividades lúdicas que despertem o interesse facilitam a compreensão e a fixação do conhecimento.

Comunicação e linguagem: As limitações nas expressão oral e na compreensão de instruções podem dificultar o convivio social e o acesso às atividades escolares. Recursos como imagens, símbolos, softwares educativos e linguagem simplificada estimulam na comunicação e compreensão, promovendo maior participação do estudante.
A independência nas atividades de rotinas: Alguns alunos necessitam de auxilio para realizar tarefas cotidianas, desde organizar materiais escolares até cuidar de sua higiene e alimentação. A escola deve possibilitar a construção gradual da independência, equilibrando orientação e estímulo à autonomia.
Ritmo de aprendizagem: cada estudante assimila em um ritmo próprio. A flexibilidade curricular e a adaptação das atividades permitem que todos progredem de acordo com suas capacidades, sem comparações que possam gerar frustração ou desmotivação.
Habilidades sociais e emocionais: a interação e socialização com colegas e professores, a compreensão de regras sociais e a expressão de sentimentos podem mudar significativamente entre os alunos. As brincadeiras com jogos , rodas de conversa e atividades em grupo fortalecem as habilidades sociais, estimulando a empatia e promovem um ambiente de convivência saudável.
Potencialidades individuais: além das limitações, cada aluno possui habilidades e competências unicas que precisam ser reconhecidas e estimuladas, como criatividade, memória visual, musicalidade, coordenação motora , sentido e lateralidade ouobservar o interesse por determinadas áreas do conhecimento. Valorizar essas habilidades contribui para a autoestima e independência no processo educativo e na vida desse aluno.
Entendera deficiência intelectual sob esse olhar permite que a escola desenvolva práticas pedagógicas pautada no aluno, trazendo experiências amplas de aprendizagem, interação social e desenvolvimento integral. Ao identificar e valorizar as potencialidades de cada estudante, ofertando suporte adequado às suas necessidades, a escola cria um ambiente inclusivo, estimulante e acolhedor, no qual todos os alunos têm oportunidade de participar, aprender e desenvolver habilidades essenciais para sua vida pessoal e social.

ASPECTOS LEGAIS E DIREITOS
No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiência intelectual é assegurada por uma diversosde dispositivos legais que reconhecem a educação como um direito universal e orientam a organização das escolas para atender à diversidade de maneira efetiva. Essas normativas buscam um compromisso social e ético de garantir que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, emocionais ou sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática, equitativa e sensível à diversidade humana.
A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito fundamental e um dever do Estado, assegurando igualdade de condições para acesso, permanência e sucesso escolar. Esse princípio é a base para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais inclusivas, pois reconhece que a diversidade não deve ser um obstáculo, mas sim um elemento enriquecedor do processo de aprendizagem. A igualdade de

oportunidades implica que todas as crianças e adolescentes, incluindo aqueles com deficiência intelectual, possam participar plenamente da vida escolar, desenvolver suas potencialidades e exercer sua cidadania de forma plena.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça essa perspectiva, definindo que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, de forma articulada às demais crianças e jovens, evitando qualquer tipo de segregação. A lei estabelece que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve complementar a educação escolar regular, considerando as necessidades específicas de cada aluno, proporcionando suporte pedagógico individualizado, materiais adaptados e recursos que facilitem a aprendizagem. Para estudantes com deficiência intelectual, isso significa que o ambiente escolar deve estar preparado para acolher suas particularidades, oferecendo atividades diversificadas e estratégias que respeitem seu ritmo, suas habilidades e suas formas de interação com o mundo.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) fortalece ainda mais a garantia de direitos, tornando obrigatória a criação de ambientes educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino. Essa lei exige que as escolas eliminem barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, assegurem recursos de apoio, promovam o uso de tecnologias assistivas e criem condições para que todos os estudantes participem de forma plena das atividades escolares. Além disso, ela amplia o conceito de acessibilidade, contemplando materiais didáticos adaptados, currículos flexíveis e acompanhamento especializado, reconhecendo que a inclusão é um processo contínuo e que deve ser integrado em todas as dimensões da vida escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) oferece orientações práticas para a implementação da inclusão, enfatizando que a organização das redes de ensino deve garantir não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e a aprendizagem de alunos público-alvo da educação especial desde a Educação Infantil. Essa política destaca a importância da formação contínua dos docentes, do planejamento pedagógico adaptado, da utilização de recursos educativos diversificados e do trabalho colaborativo entre professores, equipe gestora, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e famílias. O objetivo é garantir que cada estudante, independentemente de suas limitações, possa desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais, participando ativamente da vida escolar e comunitária.

Quando em conjunto, essass normas legais reforçam uma educação inclusiva participativa como todos os direito sociais fundamentais e estabelecem um guia ético e pedagógico para as escolas públicas e particulares. Eles nortean a construção de proposta pedagógicas que respeitem a diversidade, valorizem as potencialidades individuais e promovam a participação ativa de todos os estudantes, garantindo que a diferença seja vista como um elemento melhor de aprendizado. A efetivação dessas normas contribui para transformar a escola em um ambiente de acolhimento, estímulo e desenvolvimento integral, promovendo não apenas a inclusão escolar, mas também a formação de cidadãos conscientes, críticos e socialmente participativo.

Compreender e colocar em pratica esses direitos escolar exigem mudanças profundas na cultura da escola, envolve a superar preconceitos, a valorização e pratica da empatia, a utilização de planos pedagógicoss inovadores e a criação de ambientes que promovam a autonomia e a socialização dos estudantes com deficiência intelectual. Dessa forma a educação inclusiva deixa de ser apenas uma obrigação constitucional e se torna um compromisso ético e social, capaz de transformar a escola e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, humana, igualitária e acolhedora para todos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva vai além do simples aspectos físico do aluno na escola; ela exige a construção de um ambiente que reconheça e valorize a diversidade, trazendo condições reais para que todos os estudantes envolvam-se ativamente do processo de aprendizagem e desenvolvam seu potencial integral.

No caso de alunos com deficiência intelectual, a escola precisa ter um plano pedagogico flexivel, capaz de atender às diferentes necessidades cognitivas, sociais, emocionais e motoras de cada estudante. Isso vai além apenas a adaptação curricular, mas também ultilizar diversas estrategias de ensino, o uso de recursos pedagógicos acessíveis e a incorporação de tecnologias assistivas que facilitem a compreensão, a comunicação e a autonomia.

O planejamento pedagógico deve considerar que cada aluno possui ritmos e estilos de aprendizagem diferentes. Para que isso se efetve é fundamental que as atividades sejam organizadas de forma progressiva, com etapas claras e metas realistas, permitindo que todos os estudantes avancem de acordo com suas capacidades. A utilização de recursos correto, materiais visuais, jogos educativos, atividades práticas e interativas, assim como o uso de tecnologias que auxiliem na comunicação e na organização de tarefas, são ferramentas essenciais para promover uma aprendizagem significativa e inclusiva.

Além das condições cognitivas, a educação inclusiva tem que valoriza a o fator social e emocional do desenvolvimento. É fundamental criar ambientes que estimulem a interação entre os alunos, promovendo o diálogo, a cooperação e o respeito às diferenças. Atividades e brincadeiras em grupo, projetos colaborativos, dinâmicas de pares e rodas de conversa são praticas que fortalecem habilidades sociais, como respeito, escuta ativa, compartilhar, assimilação de conceitos e trabalho em equipe. Essa socialização permite que todos os estudantes aprendam não apenas conteúdose disciplina, mas também valores essenciais para a vida em sociedade, favorecendo a construção de relações de respeito, solidariedade e cidadania.

A atuação em conjunto da equipe escolar é outro elemento primordial para a inclusão efetiva. Professores, equipe gestora, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e demais funciomarios devem trabalhar de forma articulada, trocando informações, experiências e estratégias, com o proposito de identificar necessidades individuais, acompanhar o desenvolvimento de cada estudante e auxiliar continuamente as práticas pedagógicas. Essa colaboração também envolve a participação da família, que pode e devem oferecer informações importantes sobre os interesses,habilidades, dificuldades e rotinas do aluno, fortalecendo a continuidade das aprendizagens dentro e fora da escola.

A inclusão escolar deve continuamente considerar o fortalecimento da autonomia do aluno. Proporcionar oportunidades para que ele tome suas proprias decisões, cuide de seus pertences, materiais, realize atividades de forma independente e participe de diferentes contextos da escola e fora da escola. Contribui para a construção da auto aceitação, da autoestima e da capacidade de enfrentar desafios. Esse desenvolvimento da autonomia, aliado à valorização das potencialidades individuais, garante que cada estudante possa atuar de maneira ativa e significativa no seu processo educativo, tornando a aprendizagem uma experiência prazerosa e motivadora.

A educação inclusiva não é apenas uma troca de conteúdo ou métodos de ensino, mas uma abordagem pedagógica integral, que transforma a escola em um espaço de participação, acolhimento e respeito à diversidade. Ao reconhecer e valorizar as diferenças, oferecer suporte individualizado, promover a interação social e estimular a autonomia, a escola contribui para o desenvolvimento completo dos alunos com deficiência intelectual, formando cidadãos conscientes, críticos, que cuide de si e do meio onde vivem e preparados para participar ativamente da vida social.

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, a inclusão deve ser compreendida como um direito fundamental da criança desde os primeiros anos de vida. As escolas e Centro de educção infantil devem ofertar e oportunidadezar para que todas participem de experiências educativas significativas, respeitando seus ritmos, interesses, necessidades e potencialidades. Segundo Mantoan (2003), a inclusão não se limita à presença física da criança na escola, mas envolve a reorganização das práticas pedagógicas e do ambiente educativo, de modo que cada criança tenha acesso pleno às aprendizagens, às interações sociais e ao desenvolvimento integral.

O Centro de Educação Infantil (CEI) deve possiblitar experiências com contextos e ambientes diversificados que favoreçam o conhecimento de si e do mundo, valorizando o aspecto sensorial, expressivo, motor e emocional. Essas experiências envolvem:

Brincadeiras de movimento e exploração sensorial: atividades que envolvam texturas, sons, cores, cheiros e diferentes materiais permitem que a criança descubra o mundo por meio dos sentidos, desenvolvendo percepção, coordenação motora e autonomia (Fleer, 2010).

Vivência de diferentes linguagens: contação de histórias, cantigas, rodas de conversa e brincadeiras simbólicas possibilitam à criança expressar ideias, sentimentos e emoções, estimulando a criatividade e a imaginação (Vygotsky, 1998).

Interações com linguagem oral e escrita: a utilização de livros, imagens, músicas, recursos visuais e diversos suportes textuais contribui para o desenvolvimento da linguagem, do vocabulário e da comunicação, além de introduzir de forma lúdica noções de leitura e escrita (Moraes, 2012).

Essas práticas pedagógicas estimulam a expressão de cada criança, a construção da autonomia, o desenvolvimento social e cognitivo, assimila~çao de conceitos cuidados e respeito com outro e do diferente, efetivando uma inclusão efetiva desde os primeiros anos de vida escolar. A brincadeira nesse smbiente,deve e tem papel central, sendo reconhecida como a principal forma para a aprendizagem na Educação Infantil. De acordo com Wallon (1999), o brincar possibilita à criança experimentar papéis, tomar decisões, vivenciar relações sociais e explorar o mundo de forma prazerosa e significativa. Por meio do brincar, a criança constrói conhecimentos, desenvolve competências cognitivas, socioemocionais e motoras, e aprende a resolver problemas, negociar, compartilhar e criar estratégias para lidar com diferentes situações.

A Educação Infantil deve considerar as relações sociais , promovendo a interação entre pares e a convivência com diferentes formas de ser e aprender. Segundo Fonseca (2016), a socialização precoce em ambientes inclusivos contribui para a formação de valores como empatia, respeito às diferenças e cooperação, preparando a criança para futuras experiências educativas e sociais. Atividades colaborativas, jogos em grupo, dramatizações e projetos coletivos fortalecem o senso de pertencimento e incentivam a participação ativa, tornando a escola um espaço democrático e acolhedor.

É importante destacar que, para que a inclusão seja efetiva, o trabalho dos professores e professoras deve ser planejado de forma intencional, flexível e sensível às necessidades de cada criança. A observação contínua, o registro das experiências, a avaliação qualitativa e o diálogo constante com as famílias permitem buscar as estratégias pedagógicas e criar condições para o desenvolvimento integral de todos os estudantes (Sassaki, 2010). A valorização das potencialidades individuais, combinada ao estímulo à autonomia, à expressão criativa e à interação social, garante que a educação inclusiva na primeira infância não seja apenas uma prática formal, mas um processo real de construção de aprendizagens significativas, cidadania e convivência respeitosa com a diversidade.

A Educação Infantil inclusiva deve promove um ambiente rico em experiências, no qual o brincar, a exploração sensorial, a expressão e a socialização se articulam de forma a desenvolver competências cognitivas, emocionais, sociais e motoras. Esse contexto não apenas possibilita o aprendizado escolar inicial, mas também contribui para a formação de crianças conscientes de si mesmas, de suas capacidades, dos direitos do outro e da importância do respeito às diferenças, construindo os alicerces de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (Mantoan, 2003; Vygotsky, 1998; Wallon, 1999; Fleer, 2010; Sassaki, 2010; Fonseca, 2016).

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

O desenvolvimento e a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual precisa ter abordagens pedagógicas planejadas, pensada, diversificadas e centradas nas potencialidades de cada indivíduo. O processo de assimilação de conhecimentos e habilidades ocorre de forma gradual e exige atenção aos diferentes ritmos de aprendizagem, às necessidades específicas e às capacidades cognitivas, emocionais e sociais de cada aluno. Segundo Mantoan (2003), compreender

as singularidades de cada estudante é essencial para criar estratégias que promovam tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o crescimento pessoal e social.
Atividades lúdicas e experiências sensoriais desempenham papel fundamental nesse processo, pois permitem que os estudantes explorem o mundo de maneira efetiva, interativa e significativa. Jogos e brincadeiras educativas, exercícios práticos e brincadeiras estruturadas estimulam a memória, a atenção, o raciocínio lógico e a resolução de problemas, além de promoverem habilidades sociais e emocionais, como cooperação, empatia e controle de impulsos (Fleer, 2010; Wallon, 1999). Ao transformar a educação em uma experiência prazerosa, essas práticas aumentam a participação, a motivação e a confiança do aluno em suas próprias capacidades.
No contexto da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, é essencial a utilização de múltiplas linguagens oral, escrita, visual e corporal para que a aprendizagem seja acessível e significativa. Recursos como imagens, histórias, músicas, dramatizações, gestos, manipulação de objetos e tecnologia assistiva estimulam a compreensão de conceitos abstratos e estimulam diferentes formas de expressão. De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre de forma mais eficaz quando o aluno interage com materiais concretos e recebe mediação adequada de professores ou colegas mais experientes, permitindo que internalize conceitos e habilidades gradualmente.
A repetição de atividades prazerosas tráz positivas das conquistas individuais são estratégias importantes para consolidar o aprendizado e estimular a confiamça em si mesmo. Cada avanço, por menor que seja, deve ser valorizado, pois contribui para a autoestima e fortalece a motivação para enfrentar novos desafios. Além disso, adaptar tarefas e flexibilizar estratégias pedagógicas garantem que os alunos possam participar de forma ativa, evitando frustrações e promovendo um desenvolvimento equilibrado em todas as áreas.
Outro aspecto importante é promover autonomia funcional. Atividades que incentivem a independência nas tarefas do dia dia, na organização do material escolar, na tomada de decisões simples ou na participação em rotinas coletivas contribuem para o crescimento da autoconfiança e para a capacidade de lidar com novos desafios cotidianos. Sassaki (2010) destaca que o estímulo à autonomia deve estar alinhado às potencialidades de cada aluno, de modo a permitir avanços progressivos e experiências de sucesso que reforcem a sensação de competência e pertencimento.
O acompanhar diariamente , por meio da observação escuta e da avaliação formativa, permite aos professores fazerr intervenções pedagógicas, identificar dificuldades pertinentes e potencializar habilidades específicas. Segundo Sousa e Lopes (2017), essa observação constante possibilita que cada aluno receba suporte adequado, promovendo aprendizagem significativa, integração social e desenvolvimento global. A construção de um plano individualizado, alinhados às capacidades de cada estudante, garante que todos avancem de forma progressiva, com desafios apropriados que estimulem o crescimento intelectual, emocional e social.

O desenvolvimento e a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual dependem de um ambiente escolar inclusivo, planejado e acolhedor, em que práticas pedagógicas diversificadas, recursos adaptados, experiências sensoriais, múltiplas linguagens e atenção às conquistas individuais se integrem para promover o crescimento integral. Ao considerar as dimensões cognitivas, sociais e emocionais de cada aluno, a escola contribui para a formação de indivíduos autônomos, confiantes, participativos e capazes de interagir de maneira significativa com o mundo ao seu redor (Mantoan, 2003; Sassaki, 2010; Fleer, 2010; Vygotsky, 1998; Sousa & Lopes, 2017).

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO

Apesar dos avanços pedagógicos conquistados ao longo dos anos, a inclusão escolar ainda enfrenta desafios diferentes que exigem atenção constante e estratégias em conjunto para serem alcançados. Entre as principais barreiras estão a falta de infraestrutura adequada, que dificulta a mobilidade e o acesso pleno de estudantes com diferentes necessidades; o grande número de

alunos por turma, que limita a atenção individualizada; a falta de materiais pedagógicos adaptados, a não formação continuada dos profissionais da educação, que compromete a implementação de práticas inclusivas efetivas no cotidiano escolar. Esses fatores não apenas dificultam o aprendizado, mas também impactam na qualidade, e participação e o desenvolvimento social dos alunos, trazendo sentimento de frustração, exclusão, desmotivação e evasão escolar.

Além das dificuldades estruturais e pedagógicas, as atitudes e pensamentos presentes no ambiente escolar também podem constituir obstáculos à inclusão. Resistência a mudanças no modelo tradicional de ensino, estagnados relacionados à deficiência e preconceitos explícitos ou implícitos dificultam a criação de uma cultura escolar que valorize a diversidade e reconheça o potencial de todos os estudantes. A discriminação ou falta de sensibilidade nas relações entre alunos, professores e demais membros da comunidade escolar reforça práticas excludentes, comprometendo a construção de um espaço de aprendizagem acolhedor, democrático e respeitoso.

Existem inúmeras possibilidades para fortalecer a inclusão e transformar essas dificuldades em oportunidades de crescimento coletivo. O trabalho em parcerias entre professores, equipe gestora, profissionais de apoio e famílias permite identificar necessidades individuais, planejar estratégias pedagógicas adequadas e acompanhar o progresso de cada estudante. A comunicação, escuta constante e o alinhamento entre escola e família ampliam a compreensão sobre os interesses, habilidades e desafios de cada criança, promovendo intervenções mais eficazes e integradas.

A gestão escolar tem um papel importante nesse processo, ao criar condições para que práticas pedagógicas inclusivas se consolidem no dia a dia. Isso inclui organizar espaços físicos acessíveis, disponibilizar materiais diversificados e estimular a formação contínua dos docentes, garantindo que estejam preparados para lidar com a diversidade de ritmos, estilos e formas de aprendizagem. Oportunizar, a promoção de uma cultura de valorização das diferenças e do respeito às singularidades de cada aluno contribui para a construção de um ambiente escolar positivo, seguro e motivador, no qual todos sintam-se pertencentes e reconhecidos.

Outra dimensão importante da inclusão é a socialização e a convivência entre os estudantes. Estratégias que favoreçam a cooperação, o trabalho em grupo, a participação em projetos coletivos e a interação em atividades lúdicas ou pedagógicas fortalecem habilidades sociais, desenvolvem a cooperação e incentivar a construção de vínculos afetivos positivos entre crianças e jovens. Ao criar oportunidades para que todos contribuam e aprendam juntos, a escola fortalece não apenas o aprendizado escolar, mas também competências emocionais e sociais, essenciais para a vida em sociedade.

Portanto, os desafios da inclusão escolar são significativos e abrange aspectos estruturais, pedagógicos, sociais e culturais. No entanto, adotar estratégias integradas envolvendo gestão escolar, formação docente, recursos pedagógicos adaptados, trabalho em equipe e valorização das diferenças oferece possibilidades reais para transformar a escola em um ambiente inclusivo, democrático e acolhedor. Quando todos esses esforços são combinados, a escola não apenas garante o direito à educação de qualidade para todos, mas também contribui para a formação de indivíduos autônomos, conscientes e preparados para interagir de maneira positiva e construtiva e consciente

FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A formação continuada dos professores constitui uma prática essencial para o sucesso da inclusão escolar, especialmente no caso de alunos com deficiência intelectual. Ela permite que os professores e equipe de apoio desenvolvam conhecimentos específicos sobre metodologias inclusivas, adaptação curricular, uso de recursos pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas. Além disso, favorece a reflexão crítica sobre as próprias práticas, promovendo replanejamento constantes para atender às necessidades de cada estudante.

A formação contínua contribui também para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e democrático e humano, ao preparar os professores e profissinaisda educa-

ção a lidar com a diversidade de ritmos de aprendizagem, estilos cognitivos e habilidades sociais. Cursos, momentos de estudos na propria unidade, e programas de extensão universitária são exemplos de estratégias que fortalecem a competência docente e promovem a troca de experiências entre profissionais da educação.

A articulação da gestão escolar e com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação continuada se torna ferramenta estratégica para implementar práticas pedagógicas inovadoras, superar barreiras atitudinais e garantir que todos os alunos participem ativamente do processo educativo, consolidando uma escola pública verdadeiramente inclusiva.

O PAPEL DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE

A participação da família e da comunidade e essencial para o sucesso da inclusão escolar, tornando um suporte contínuo para a aprendizagem, o desenvolvimento integral e o bem-estar emocional dos estudantes. A presença ativa da família no cotidiano escolar permite que os educadores compreendam melhor as necessidades, os interesses, os desafios e as potencialidades de cada criança. Esse acompanhamento possibilita o compartilhamento de informações sobre o comportamento, as conquistas e as dificuldades do estudante, permitindo que a escola planeje um ambiente pedagógicas individualizadas que respeitem seu ritmo de aprendizagem e estimulem suas capacidades.

Essa parceria entre escola e família fortalece vínculos afetivos entre todos, criando uma elo entre os ambientes doméstico e escolar. Quando a criança entende que o aprender e a vivência na escola tem continuidade em casa, sua motivação, autoestima e confiança aumentam significativamente. A família desempenha papel importante na educação e valores essenciais, como o respeito ao próximo, a cooperação, a autonomia e a responsabilidade, transmitindo à criança a importância de conviver com diversidade e de valorizar diferenças individuais.

Esse envolvimento familiar auxilia também na identificação iniciais das dificuldades de aprendizagem, comportamentais ou socioemocionais, permitindo que intervenções e modificação pedagógicos sejam realizados de forma acertiva e eficaz. A participação dos pais e responsáveis em reuniões, oficinas, grupos de apoio e formações promovidas pela escola fortalece sua atuação como parceiros do processo educativo, transformando-os em agentes ativos da inclusão e da promoção do desenvolvimento integral. Essa rede de apoio sólida, na qual a criança encontra segurança, estímulo e orientação tanto na escola quanto em casa.

Além da família, a comunidade exerce papel fundamental na efetiva inclusão escolar. A articulação da escola com diferentes setores comunitários amplia significativamente as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Serviços de saúde, cultura, lazer e assistência social contribuem para o atendimento integral das crianças, proporcionando acompanhamento físico, emocional e social de forma integrada. Espaços culturais, bibliotecas, centros esportivos, teatros, museus e organizações não governamentais oferecem experiências diversificadas que enriquecem o cotidiano escolar, estimulam a criatividade, fortalecem laços e habilidades de socialização e ampliam o repertório cultural dos estudantes.

A participação da comunidade também favorece a construção de valores coletivos, incentivando a solidariedade, o compartilhar e a responsabilidade social. Quando crianças, famílias e profissionais da escola interagem com diferentes pessoas, elas aprendem a valorizar a diversidade, compreender diferentes realidades e desenvolver comportamentos de cooperação, diálogo e respeito mútuo. Essa integração e troca fortalece o senso de pertencimento e contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de agir de forma ética, responsável e participativa em sociedade e no mundo.

A troca diária, a escuta ativa e a colaboração entre escola, família e comunidade promovem a construção de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e democrático. Nesse sentido, a diversidade deixa de ser vista como um obstáculo e passa a ser compreendida como um aliado pedagógico e social, enriquecendo as interações, ampliando possibilidades de aprendizagem e fortalecendo vínculos afetivos e sociais. A inclusão deixa de ser uma prática comum e se transforma

em uma cultura escolar compartilhada, na qual todos os envolvidos assumem responsabilidade de todos pelo bom desenvolvimento da criança.

A parceria entre escola, família e comunidade mostra que a educação inclusiva é uma responsabilidade coletiva e contínua. Quando todos se envolvem participam de maneira efetiva, é possível criar práticas pedagógicas mais adaptadas, fortalecer a autonomia dos estudantes, garantir que cada criança tenha oportunidades de aprendizagem significativas e desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Essa colaboração integral garante que a inclusão seja vivenciada como um processo real e cotidiano, promovendo igualdade de direitos, respeito, valorização das diferenças e construção de uma educação verdadeiramente transformadora, desde os primeiros anos de Educação Infantil até os níveis mais avançados do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão na escola pública trata-se de um direito fundamental e um compromisso social indispensável e indissociavel construção de uma educação democrática, equitativa e de qualidade. Ao longo deste artigo, foi possível observar que a educação inclusiva vai muito além do acesso à escola, envolvendo a implementação de práticas pedagógicas planejadas, diversificadas e sensíveis às necessidades individuais de cada estudante.

O processo inclusivo busca garantir a participação ativa, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral, respeitando singularidades, valorizando habilidades e reconhecendo o potencial de cada criança e jovem.

Embora temos desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente, à escassez de recursos pedagógicos adaptados e às barreiras atitudinais, fica claro que a inclusão é viável quando existe compromisso coletivo. A gestão escolar, ao articular práticas pedagógicas, disponibilizar recursos e estimular a colaboração entre professores, equipe de apoio, famílias e comunidade, torna-se um pilar central para a criação de ambientes escolares acolhedores e estimulantes. Esse trabalho conjunto promove a integração social, fortalece vínculos afetivos e facilita o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e culturais, contribuindo para que cada estudante se sinta valorizado, pertencente e capaz de superar desafios.

A Educação Infantil, como etapa inicial da educação básica, assume papel importante na construção de uma cultura inclusiva. Nessa fase iniciais, a criança aprende a conviver com as diferenças, a respeitar os pares e a desenvolver valores essenciais como empatia, cooperação e solidariedade. A valorização do brincar, das experiências sensoriais e expressivas, das múltiplas linguagens e da exploração do mundo de forma lúdica proporciona não apenas o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, mas também a socilaização, princípios de convivência democrática e respeito à diversidade.

O envolvimento ativo da família e da comunidade fortalece ainda mais esse processo, garantindo que a inclusão não seja limitada ao espaço escolar. Quando pais, responsáveis e membros da comunidade participam das atividades, apoiam estratégias pedagógicas e colaboram na identificação de necessidades individuais, a escola consegue criar um ambiente mais próximo da realidade e das necessidades de cada estudante. Essa relação amplia as oportunidades de aprendizagem, favorece a autonomia, reforça a autoestima e permite que todos os alunos avancem de forma significativa em seu desenvolvimento integral.

Investir na inclusão significa também promover a construção de cidadãos críticos, éticos, participativos e conscientes de seus direitos e responsabilidades. Ao criar espaços de aprendizagem acessíveis, seguros e acolhedores, a escola pública contribui para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e solidária, onde a diversidade é reconhecida como um valor e não como um obstáculo. A educação inclusiva, dessa forma, ultrapassa o ensino formal: ela forma indivíduos capazes de conviver e cooperar com diferentes perspectivas, desenvolvendo habilidades para a vida, a convivência social e a participação cidadã.

Portanto, efetivar a inclusão na escola pública representa um compromisso coletivo, que envolve educadores, gestores, famílias, comunidade e os próprios estudantes. É por meio dessa integração e do esforço de todos

os envolvidos que se constrói uma educação de qualidade e democrática, não somente na teoria, mas sim capaz de garantir oportunidades iguais de aprendizagem, promover o desenvolvimento integral de cada criança e jovem e contribuir para a formação de uma sociedade que valoriza a equidade, o respeito às diferenças e a construção de futuros mais justos e inclusivos para todos.

REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão). Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: CNE, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

CAMINHA, Maria Luiza. Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual: estratégias pedagógicas e práticas de sala de aula. São Paulo: Cortez, 2015.

KARPINSKI, Carolina; SILVA, Helena. Educação Infantil Inclusiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

RIBEIRO, Ana Paula; ALMEIDA, Ricardo. Desenvolvimento Cognitivo e Social de Crianças com Deficiência Intelectual. São Paulo: Summus, 2014.

PEREIRA, Juliana. A Família e a Inclusão Escolar: parceria e corresponsabilidade no processo educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FERNANDES, Luciana. Aprendizagem e Inclusão: abordagens pedagógicas para alunos com necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Mediação, 2018.

MIRANDA, Cláudia; SOUSA, Rafael. Práticas Colaborativas na Educação Inclusiva. Campinas: Alínea, 2019.

OLIVEIRA, Daniela. Brincar e Aprender na Educação Infantil: inclusão, diversidade e desenvolvimento integral. São Paulo: Moderna, 2020.